CORREIO FLUMINENSE

POR **MARCELO PERILLIER**

DIVULGAÇÃO



Iniciativa vai mobilizar estudantes a partir dos 16 anos

Estado institui programa de doação de sangue nas escolas

O Governo do Rio sancionou a lei que institui o programa Jovem Doador, para incentivar a doação de sangue entre os estudantes da rede estadual de ensino. A iniciativa tem como objetivo ajudar a aumentar os estoques do Hemorio. A medida foi publicada no Diário Oficial de quinta-feira (5). A ideia é que o programa seja desenvolvido através de uma parceria entre a Secretaria de Educação e o Hemorio, com incentivo de eventos como palestras, seminários, informativos impressos e online. O Jovem Doador tem como proposta a conscientização dos estudantes sobre a importância da doação de sangue voluntária. Alunos com idade a partir de 16 anos poderão ser inseridos no programa. Entre os critérios adotados estão o peso mínimo de 50 quilos, a autorização assinada pelos responsáveis, avaliação médica e triagem clínica. As ações serão realizadas anualmente, preferencialmente na última semana de maio. O sangue coletado será destinado prioritariamente à região onde estiver localizada a escola participante.

PGE-RJ anuncia novo concurso público

A Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ) recebeu autorização para realizar um novo concurso público para cargos administrativos de níveis médio e superior, sem incluir vagas para a carreira de Procurador do Estado. Serão 30 vagas para analistas, cargo que exige formação superior, mas as especialidades ainda serão definidas. Entre as possibilidades estão as áreas processual, de Contabilidade, Administração, Perícia e Análise de Sistemas.

WIKIMEDIA COMMONS



Banca organizadora ainda será escolhida pela PGE-RJ

Vagas para analista e técnico

Agora, o trabalho segue com a contratação da banca organizadora e a elaboração do edital, que vai trazer todas as informações e regras. Para o cargo de técnico, de nível médio, a previsão é de formação de cadastro de reserva, sem oferta de vagas imediatas. O vencimento inicial previsto é de R$ 7.612,62 para analista e de R$ 5.155,21 para técnico, além de outras vantagens previstas em lei. A PGE-RJ, responsável pela representação judicial e pela consultoria jurídica do estado, além de atividades essenciais à gestão pública.

Terceiro certame da instituição

Esse será o terceiro concurso público para o quadro de apoio da PGE-RJ. A primeira seleção que contemplou cargos de níveis médio e superior foi realizada em 2009, com a oferta de 129 vagas. O concurso mais recente ocorreu em 2022, com 12 vagas iniciais. Em agosto deste ano, 30 aprovados nesse último certame tomaram posse, passando a integrar o quadro de servidores da instituição.

Suspensão de descontos

O Governo do Estado determinou, por decreto, a manutenção da suspensão temporária dos descontos de empréstimos consignados e cartões de crédito consignados do Banco Master S.A. e Credcesta, ofertada pela PKL One Participações S.A. A medida já havia sido adotada na folha de pagamento de outubro e foi estendida à de novembro.

Master e Credcesta

A interrupção tem caráter preventivo e permitirá a identificação e apuração de eventuais descontos não autorizados, além de resguardar a remuneração dos servidores ativos, aposentados e pensionistas. O procedimento não se destina à revisão de taxas de juros, tarifas, encargos, custo efetivo total ou outras condições econômicas dos contratos, quando não houver elementos que indiquem uma das irregularidades previstas no decreto.

Cultura em Dia

A Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa oferece nova oportunidade para que empreendedores do meio cultural regularizem pendências. Entre 9 e 23 de novembro, proponentes que possuem dívidas ou prestações de contas pendentes, tanto em mecanismos de fomento direto quanto indireto, poderão renegociar ou quitar essas dívidas.

Pendências financeiras

A medida, chamada de Cultura em Dia, busca facilitar a resolução de pendências administrativas e financeiras, especialmente para aqueles que não conseguiram cumprir os prazos anteriormente estabelecidos. Com isso, os proponentes em situação irregular poderão voltar a concorrer aos editais e em outros mecanismos de fomento.

Passo a passo

Para solicitar a regularização, o proponente deve acessar o Sistema Desenvolve Cultura e clicar no botão “Quero me regularizar”. Não é necessário fazer login na plataforma. Em seguida, basta preencher o formulário com nome ou razão social, CPF ou CNPJ, e-mail e telefone para contato. Após o envio, a secretaria verificará as pendências e encaminhará as orientações e a relação de documentos necessários pelo e-mail informado no cadastro

NANDA MORAES/ TJRJ



Evento teve debate sobre o papel das instituições na luta antirracista

TJRJ lança cartilha sobre racismo, direitos e cidadania

Material explica, em linguagem simples, conceitos como cor, raça e etnia

Da **Redação**

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) lançou a cartilha virtual Racismo, Direitos e Cidadania: Informação e Ação. A publicação tem como objetivo fortalecer práticas antirracistas e promover a equidade racial no sistema judiciário. A iniciativa é dos Comitês de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação, em parceria com o Núcleo de Atenção e Promoção à Justiça Social (Napjus), e integra a programação do Novembro Negro, que contará com outras atividades ao longo do mês.

Com linguagem acessível, o material aborda conceitos como cor, raça, etnia, interseccionalidade, heteroidentificação em concursos públicos e diferentes manifestações do racismo. A cartilha também apresenta sugestões de livros, filmes e roteiros culturais no Rio de Janeiro, incluindo o Cais do Valongo e a região da Pequena África. Além disso, oferece orientações para pessoas que sofrem ou presenciam situações de racismo, com informações sobre canais de denúncia, como o Disque 100 e a Delegacia Virtual.

A publicação foi apresentada pelas idealizadoras e integrantes do Napjus, Isis Saint’Clair e Rebeka Borges, durante cerimônia no Auditório Paulo Roberto Leite Ventura. O projeto teve início no segundo semestre de 2025 e, durante o processo de pesquisa, resultou em duas cartilhas complementares. A primeira, Acesso à Justiça em Português, Linguagem Simples e Antirracista, foi lançada em novembro do ano passado e reúne um glossário de termos e expressões que devem ser evitados no cotidiano.

A nova publicação aprofunda o debate sobre desigualdades raciais e busca estimular a reflexão crítica e a adoção de práticas antirracistas. “Esse nosso trabalho é uma obra viva, em constante construção, aberta ao diálogo e às transformações que o tempo e a prática exigem”, afirmou Isis.

Representando a gestora do Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial no TJRJ, juíza Leidejane Chieza, e os presidentes dos Cogens de 1º e 2º graus, desembargador Wagner Cinelli e desembargadora Patrícia Serra, a coordenadora do Napjus, Inara Firmino, destacou que o lançamento marca o início do Novembro Negro no Tribunal. Ela ressaltou, porém, que o enfrentamento ao racismo deve ser uma pauta permanente.